This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

HV
6535
B7B3

Digitized by Google

STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

760
E 5
P 2
Nº 27 fuci

UMA ESCARAMUÇA CONSERVADORA EM 1883

"O CRIME DE 25 DE OUTUBRO"

ARTIGOS

DE

"SWIFT"

(Ruy Barbosa)

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1884

Digitized by Google

Swift: Ruy Barbosa. Uma, ou-
ramos conservadora. O crime de
25 de Outubro. 1f.

H. 6535

Digitized by Google

GUIEM, NÃO TURVEM A OPINIÃO (*)

I

CRIME, OPPOSIÇÃO E EXPLORAÇÃO

Os crimes contra a vida humana, ainda perpetrados ás portas da policia, são, quanto ás suas consequencias sociaes, desgraças menos graves do que a exploração delles a beneficio dos interesses de partido, das paixões politicas do momento, ou das impaciencias radicaes.

Não faltam, na historia contemporanea e entre as nações mais bem policiadas, exemplos estrondosos de attentados em que a audacia dos delinquentes sobreexceda ao que presenceou, em 25 de outubro, a rua do Lavradio, e aos quaes circumstancias de uma insolencia desafiadora imprimam o caracter de manifestações intencionaes de provocação e escarneo aos brios da autoridade incumbida de guardar a ordem e a segurança pessoal dos habitantes.

A Inglaterra toda estremeceu de assombro, ante o atrevimento dos conspiradores da dynamite, ao echo da tremenda explosão

(*) Artigos publicados no *Jornal do Commercio* da côrte.

Digitized by Google

que, em março deste anno, rebentou em Westminster, nos edificios onde funccionam as secretarias de estado, ameaçando, em Downing-street, a casa do primeiro ministro, abalando o soalho e as galerias da camara dos communs, e levando a acção destruidora até ás dependencias da estação policial em King-street.

Aqui não faltaria, entre os inimigos do governo, que a natureza privilegiou com todo o quinhão humano da previdencia e do patriotismo, quem aproveitasse com avidez o ensejo, para demonstrar com a petulancia do crime e a impunidade dos criminosos a cegueira da administração, a complicidade da policia e, até, a co-autoria directa do gabinete.

Verdade seja que insensatos e especuladores, para estes generos de industria opposicionista, sempre os houve, e haverá, emquanto a nossa especie fôr o que é. Quando, já neste seculo, em 1812, o chefe do gabinete inglez, Mr. Perceval, foi assassinado com um tiro á queima-roupa sob o proprio vestibulo do parlamento, um membro da camara dos lords não hesitou em apostrophar os pares da bancada whig, com uma invectiva que os responsabilisava pela morte do estadista conservador, bradando-lhes : «Ahi tendes, mylords, as consequencias de estardes a agitar o problema da *emancipação catholica*.»

Todavia, nos paizes moralizados por essa educação politica que se obtem não só pelas instituições livres, mas tambem e principalmente pelas qualidades dos homens, assim no governo, como na opposição, esses rasgos de demencia não impressionam um instante o espirito publico ; e nenhum partido, nenhuma opinião politica se deshonraria, embandeirando em signa de combate as estravagancias de um grupo de energumenos, ou procurando transformar em escada para o poder as apparencias, capciosamente sophismadas, de um incidente que exclusivamente pertence á alçada judiciaria dos tribunaes.

Não são, porém, deste parecer, entre nós, os homens que, (graças a uma convenção de que ninguem faz menos caso do que elles) respondem pelo appellido de *conservadores*. O acontecimento que acaba de ferir na cabeça a imprensa infame, afigurou-se-lhes occasião providencial para uma campanha digna de accender todos os morrões da sua artilharia, e ouriçar de baionetas alvoroçadas as fileiras da tropa, quebrada de animo, ha tanto tempo,

Digitized by Google

pelas decepções de uma opposição sem norte, nem pensamento, nem fé.

Para darem ao paiz, com a decencia e a pompa devidas á circumstancia, o espectaculo dessa maravilha de arte politica, os tacticos do arraial conservador submetteram o caso da rua do Lavradio a dois processos oppostos, mas curiosamente associados á mesma intenção.

Ora, (insistindo sempre na atrocidade e covardia do assassinio, que ninguem aliás sonharia sequer attenuar) não descobrem nelle, quanto á feição material do facto, quanto aos meios de previsão e prevenção do crime, senão um conjuncto de elementos triviaes, facilimamente accessiveis aos recursos ordinarios da repressão policial,— para dahi avultarem, pelo contraste, a irrisão e a miseria de um governo perplexo (como o pintam), tremulo, desertor do seu posto, em presença de uma difficuldade imaginaria, de uma emergencia simples, a que só a incapacidade, levada á ultima potencia da sua expressão, não saberia ser superior.

Ora, pelo contrario, apurando todas as tintas de uma rhetorica de fuligem e zarcão, desenham no triste successo não se sabe que pródromo de desorganização geral, «*a deposição solemne do governo* por uma horda assassina, *que supprimiu a policia da cidade*»; dando prégão ao paiz de que «o ministerio acaba de entregar o poder supremo da autoridade á populaça em revolta, sellando com o sangue de uma victima, esmagada pelo terror, o acto de abjuração da força soberana da lei»,—catastrophe de incalculaveis resultados, que naturalmente impõe ao Estado uma nova ordem de coisas, e chama á successão do governo o partido que tão brilhantemente se illustra por essa notavel sinceriddade de linguagem.

Com a delicadeza de escrupulos que, na discussão do incidente, têm revelado o jornalismo ordeiro, vai a opposição, não ha negal-o, dando da sua capacidade para o governo cópia admiravel. E' assim que as opposições, de facto, se habilitam para o poder. Estimular o appetite do escandalo ; faltar, na apreciação das coisas politicas, a essa justiça comesinha, que, nas relações ordinarias de homem a homem, não é licito infringir, sem quebra do bom conceito vulgar ; derivar para a imprensa o regueiro por

Digitized by Google

onde se escôa, nas ruas, a vasa das paixões mais funestas á tranquillidade dos interesses sociaes — eis, não ha duvida nenhuma, a melhor escola de respeito para com as tradições que sustentam o Estado e a mais concludente demonstração de competencia para o exercicio da autoridade.

A gente conservadora vai-se assignalando assim, de triumpho em triumpho. Não estão ainda longe de nós outras scenas, em que a isenção, o desinteresse patriotico e o constitucionalismo desse partido mostraram de que valia são, e para quanto prestam. Quando, vae por alguns mezes, um dos mais illustres anciãos do lado liberal, em uma crise que deixou subvertidas as opiniões do sua vida inteira, rompeu, com inaudita exaltação, contra os seus amigos e o seu glorioso passado, fazendo taboa rasa do systema politico que nos rege, e a que o honrado senador impoz todos os stygmas de degradação e de morte, — o partido que faz profissão de sustentaculo das instituições fundamentaes da Carta, não coube em si de alegria, e rejubilou na praça.

O venerando sr. Silveira Lobo attribuira « á monarchia a ruina do paiz. » Segundo elle, « os partidos *monarchicos e constitucionaes desappareceram;* o principio monarchico é um principio *caduco* ; a monarchia, *como instituição,* é cousa *insustentavel* ; a sua hereditariedade e irresponsabilidade *não são admissiveis, não podem subsistir;* e um dos escolhos para a continuação da monarchia é o *estar ella sem successor, na opinião do povo.* »

Ninguem acreditaria, si todos nós o não tivessemos presenceado, que esse bombardeio republicano se celebrasse no acampamento conservador com applausos, repiques e fogos de artificio. Mas a verdade é esta. Os representantes dessa opinião, no senado, acompanharam desenvoltamente, com uma satisfação incrivel, os raptos niveladores do impetuoso intransigente, distinguindo-se, entre os que o festejaram, tres ex-ministros de estado ; e, por varios dias, em toda a parte, nas conversas particulares, como na imprensa, os sustentadores profissionaes da constituição expandiam com felicidade o seu intimo contentamento pelo concurso inesperado, com que a declaração radicalmente revolucionaria de um dos mais respeitaveis nomes do senado brazileiro vinha cooperar para a causa santa da estabilidade do throno e da resistencia aos excessos populares.

Digitized by Google

Por menos affinidade que se supponha, *primâ facie*, entre essa aberração e o procedimento desses mesmos homens a proposito do crime de 25 de outubro, a identidade entre os moveis que explicam essas duas attitudes é evidente, e não menos manifesta a perigosa tendencia da anomalia, que, n'um e n'outro caso, se desvenda.

Si os conservadores puzessem o seu dever, que se confunde com o verdadeiro interesse do seu partido, acima dos interesses de corrilho, que hão de manchar a sua bandeira, então, como agora, a sua posição fôra diversa. Batendo palmas á conversão do sr. Silveira Lobo, esta parcialidade, indifferente ao thesouro com que esse bandeamento ia enriquecer a causa da revolução, vestia-se de gala pela perda que soffria o partido liberal, e saboreava deliciosamente a vantagem com que imaginava contribuir para a ruina da actualidade o pronunciamento republicano de um dos mais firmes e benemeritos caudilhos liberaes. O mal infligido aos seus adversarios afigurava-se-lhe um passo certo para a herança. E esta era a sua questão, como hoje o é.

A imprensa opposicionista, que trombeja agora contra a fraqueza de um governo, cuja culpa consiste em não tomar o logar da policia precisamente nas occasiões em que a policia mais necessidade tem de obrar com independencia, em não se julgar obrigado a descer até á calçada, para dispersar arruaças, e prevenir a perpetração de delictos communs, — não tem ao menos memoria, para se lembrar de que o partido conservador, o governo conservador, a policia conservadora foram accusados de mandar apedrejar, e destruir uma typographia, não uma officina de prostituição da imprensa, não um lupanar servido por prelos, mas uma typographia honesta, séria, patriotica : a typographia da *Republica*, unicamente porque as opiniões dessa folha não eram bem acceitas a esses mesmos amigos da corôa, *então mais realistas do que ella*, que mais tarde tripudiaram, quando a viram flagellada pelas coleras do sr. Silveira Lobo.

Não estabelecemos comparações, nem ellas são possiveis. O governo actual não é increpado pelos seus desaffectos senão sómente de um delicto de omissão, de fraqueza, de imprevidencia, de nercia. O daquelle tempo foi arrastado perante a opinião publica no odioso caracter de mandante directo de um attentado, friamente concebido nas suas secretarias, planejado na policia e exe-

Digitized by Google

cutado por esta. Não tomamos a nós responsabilisal-o, ou innocental-o nesse crime. Nem, repetimos, se pretende instituir confronto entre a gravidade das duas imputações. A daquella época esmagava o governo, imputando-lhe a autoria de um delicto brutal contra a propriedade, commettido por aquelles a quem a lei encarregára o protegêl-a. Ao de hoje não taxam os seus inimigos mais que de não ter sabido evitar um delicto commum.

Não cogitando, porém, de cotejar os dois casos, nem de formular recriminações, o nosso fim apenas está em chamar a attenção dos espiritos reflectidos para esse fermento de desorganização e anarchia, que a parcialidade conservadora espalha, tão inconsideradamente, na massa popular, proscrevendo dos debates em que se aprecia a dignidade do governo todas as normas de bom senso e lealdade, de que qualquer tribunal ordinario não prescindiria no julgamento do litigio mais insignificante.

Basta que uma falsidade seja articulada, para que fique, por mais que a logica e o senso commum a condemnem: eis uma das leis da moral jornalistica, entre os adversarios da actualidade, nesta questão. A primeira impudencia, o primeiro desproposito que se ousar, pegou, e não se varre mais. Dahi em deante o empenho da imprensa não ha de consistir em discutil-o com o desejo são de achar a verdade, mas em torcer, e aleijar por todos os modos a dialectica e a justiça, até enfeitar argumentos, com que se justifique a invenção preconcebida. E com tal energia o fazem, com tão retumbante loquella se exprimem, que dir-se-hia acabam por acreditar sinceramente nos fantasmas de creação sua, como aquelles politicos de que falla o fino humorista inglez, na sua *Arte da mentira politica* (*), os quaes acabam illudidos pela propria mentira que forjaram.

E' a escola instituida pela phrase de Beaumarchais: *Calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose!*

Dias depois do acontecimento, em que a imprensa conservadora dedilha com esse gosto mal disfarçado, o chefe de policia era denunciado por essa imprensa á promotoria publica. Fallou o

(*) « The author warns the heads of parties against believing their own lies, which has proved of pernicious consequences of late. » SWIFT: *The art of political lying*. (*The works of Jonathan Swift*: London, 1859. Vol. II, pag, 405.)

Digitized by Google

accusado. Fallou sem provas. Fallou desmentido e confundido pelas suas proprias palavras. Da primeira vez acharam-no culpado, e fulminaram-no como co-réo com o governo. Da segunda, as simples asserções do sentenceado da vespera, asserções nuas, inconsistentes com as do dia anterior e as da occasião, bastaram, para que se reformasse o juizo, absolvendo o chefe, e aggravando contra o governo os raios da justiça. Mas o governo, em duas declarações officiaes, averbára de inexactas as exposições do seu antigo delegado. Depois, este firmara a sua defesa em affirmativas, que compromettiam a dois funccionarios graduados : o ajudante de ordens do ajudante general e o commandante do corpo de policia. Estes responderam, contrariaram, desmentiram o chefe. O segundo, especialmente, instruiu a sua contradita com um documento fatal para o chefe : uma ordem escripta delle mesmo. Deante de elementos como esses, que faria ahi, nos pleitos mais communs, qualquer juiz de paz, ainda sem as luzes da capital do Imperio ? Pesaria os depoimentos oppostos, as razões de credibilidade por uma e outra parte. Excluiria o testemunho dos apanhados em flagrante alteração da verdade. Na especie vertente, porém, não é assim. Ha assertos contraditorios ? Cada qual busca limpar a sua testada ? O governo não confessou as imputações do ex-chefe ? O ajudante de ordens do ajudante general nota de inveridica a narração do chefe de policia ? O commandante do corpo policial não subscreve a historia escripta pelo desembargador Bellarmino ? Adduz contra este um papel, que este escreveu, e assignou ? Logo, contrasteêmos, e aquilatemos , busquemos o fio dos factos, segundo as regras do senso commum, ou as regras scientificas da prova, — concluiria ahi um tribunal qualquer. Mas não concluem deste modo os *directores da opinião*. De todos esses elementos de apreciação o que elles deprehendem, é, ou que nada ha que deprehender ; que ninguem se entende ; ou que (e para isso enfiam agulhas por alfinetes) ou que o governo é o culpado, e o culpado unico de tudo, uma vez ter-se dito, e estar assentado que o era, e que o fosse.

Os illustrados inspiradores da opinião cochilam. Si Homero mesmo dormitava, tambem os luzeiros diarios da rua do Ouvidor podem toscanejar seu bocado, sem que haja indiscrição em revelal-o. Os doutos mestres estão em erro. Tomam-se pelo proprio

Digitized by Google

tribunal, de que são apenas consultores. Julgam-se dispensados, para com o governo, das leis a que, com razão, o querem submetter, e que são communs a todo o mundo moral : as da igualdade, as da lisura, as da boa fé no exame dos factos, as do escrupulo na indicação dos culpados, as da liquidação completa da verdade antes da prolação da sentença.

Para a reparação deste máo exemplo diligenciaremos collaborar.

Bem sabemos o premio que nos espera. Opinião que não se coadune com a delles, é ridicula. Argumento que lhes não vá na toada, é absurdo. Declaração que lhes crie difficuldades, é « *nojenta.* » São invulneraveis, e cada golpe que desfecham, é de pregar á parede o adversario estatelado. Bem dizia o heróe de Cervantes, doido de muito juizo : « *No es dado a los caballeros andantes quejarse de herida alguna, aunque se le salgan las tripas por ella.* »

O preceito, como se vê, tem devotos ainda nos tempos de hoje. E é uma commoda regra do bom tom para os casos incruentos, como os da imprensa.

Agora, uma vez que a nossa patria, o Brazil, pôde emprestar o seu nome ao orgão da rua do Ouvidor, n. 118 (*), — comparando mal, não nos levem á presumpção o buscarmos patrocinio para o nosso acanhamento, a nossa obscuridade e a nossa insulsez em o nome do celebre deão de S. Patrick (**), a que a imprensa tanto deveu.

17 de novembro de 1883.

(*) O *Brazil*, inculcado orgão do partido conservador.
(**) Swift.

Digitized by Google

II

O ACONTECIMENTO

Com a publicação que hoje faz o digno commandante do corpo militar de policia, parece terem-se completado os elementos necessarios á apreciação do successo, que, ha mais de vinte dias, faz andar em uma fona a imprensa opposicionista.

Na garabulha de insultos e contrasensos que hontem deu a lume, escreve o desembargador Bellarmino: « Os governos que se escondem por detrás da injuria, da calumnia, da diffamação e da mendacidade, que se rodeiam de mercenarios, que vendem todos esses vicios a todas as vinganças que os querem comprar, nivelam-se tambem a todas as torpezas, conspurcam inteiramente a dignidade e o brio, e passam aos posteros cobertos de ignominia.»

Entre os governos que o circumspecto magistrado commette a dureza de infernar assim nas penas eternas, está o actual; para o que o conspicuo varão se estriba no presupposto de que o ministerio Lafayette, contra (servindo-nos das palavras do *Brazil*) contra « *a victima que sobreviveu a Apulcho* » (é, nem mais nem menos, esta victima o lastimavel desembargador) se acoitou *atrás da injuria, da calumnia, da diffamação e da mendacidade.*

Somos insuspeitos: não podemos ter contra o togado atrabiliario resentimento pessoal; porque, quando s. ex. mandou para os prelos aquella tarraçada de grosseirias, inexactidões e disparates, *nondum natus eramus*. O nosso primeiro escripto sahiu a lume no mesmo dia em que o de s. ex. Não sabemos, pois, si, por antecipação, tambem nos vem tocar o ferrete de *suissos, mercenarios e corsarios*, com que s. ex. adubou, contra as pennas amigas do governo, a sua indigesta caldeirada.

Digitized by Google

Como quer que seja, o ex-chefe é uma curiosidade das menos vulgares. Acredita na virtude do xingamento, ao ponto de imaginar que, para fazer *corsarios*, basta baptisar taes os escriptores que lhe desagradem : e não injuría. Amontoa convicios contra o caracter pessoal dos membros do governo, de que, ainda ha pouco, era delegado de confiança; e diz-se *simples narrador* de factos. Insinua contra a honra de um militar respeitavel, como o commandante do corpo de policia, contra a veracidade das suas declarações; taxa-as de falsas, « *obtidas pela força do poder, que é sempre o poder* »; e não diffama, não calumnía. Perpetra contra a verdade faltas, que o teor dos seus proprios escriptos está demonstrando; e tem horror *á mendacidade*. Aos seus superiores de hontem e á imprensa que lhe discute os actos, esbofeteia n'uma linguagem mazorral, enlameada de affrontas; e cuida manter « o decoro, que, já como cavalheiro, já como magistrado, deve guardar. »

Mas deixemos para depois do exame dos factos a discussão do papel de s. ex., como magistrado, como cidadão e como homem, neste incidente.

Por hoje é o caso de 25 de outubro, o que nos occupará. Desfial-o-hemos, reduzindo-o aos seus elementos reaes e essenciaes, para chegar á resposta exigida por esta questão: De quem a responsabilidade nesse facto? Do gabinete? Do chefe? Ou de um e outro?

Este estudo exige calma e cuidado. A imprensa não é um ferro-velho de petas, um merca-tudo, para quanto pechisbeque e bugiaria párvoa invente, e doire por ahi a malignidade de uns ruins interessículos de opposição. Fuja-se, pois, o exemplo dos que a vão convertendo em adela de trapos e missangas.

O desfecho pelo qual pretendem culpar o governo, é simplesmente a morte de Apulcho. Porque se deu esse homicidio? Quaes as providencias que o teriam evitado, e se omittiram? Quem o réo dessa omissão? Quaes os erros que lhe deram facilidade e azo? Quem o autor desses erros?

Eis formulada a questão nas suas linhas decisivas.

Por este modo é que a encararemos daqui a pouco.

Não seria possivel, porém, fazel-o, sem primeiro a esmoitarmos dos accessorios estranhos, que ora a habilidade ora a irreflexão

Digitized by Google

dos criminadores do governo lhe têm enxertado, transformando em um cipoal de incidentes e sub-incidentes uma questão clara, correntia, de solução elementar.

Cada um desses elementos adventicios engenhou-se, e inseriu-se no debate, como um alçapão contra o governo e uma escapatoria para o ex-chefe.

Eil-os :

O conselho, attribuido ao ministerio, de « *evitar conflicto com o exercito* » ;

A requisição pelo gabinete de um contingente de praças, afim de guardar o ministerio, desfalcando os recursos da policia para a prevenção do crime ;

O panico do governo, interrompendo, ás pressas, a sua conferencia no Rocio, e fugindo aterrado para o caes da Gloria ;

A desidia do commandante do corpo militar de policia, retardando os reforços solicitados pelo chefe com o intuito de prevenir o sangrento desenlace.

Tomemos agora uma por uma as quatro assacadilhas opposicionistas.

Expediu, com effeito, o governo a recommendação alludida ? Expedio-a ao chefe de policia, naquelles termos : *evite provocar conflicto com o exercito ?*

Não é admissivel que o governo respondesse ao seu delegado, senão consoante ás informações delle. Ora, tinha o chefe de policia motivos, para considerar sitiada *pelo exercito* a sua secretaria ? Havia fundamentos, sequer, para receiar um pronunciamento de *tropa ?*

Constára unicamente a s. ex. que, « em frente e nas adjacencias daquella casa, se formavam grupos de officiaes do exercito á paisana », aliás reconhecidos apenas, diz o desembargador Bellarmino, « por Apulcho de Castro. » Dahi a uma manifestação *do exercito*, ou, ainda, de uma parte qualquer da força militar, vai uma distancia immensa, que ninguem desconhecerá. A não ter, portanto, a autoridade policial perdido o sangue frio, que assegura não lhe haver fugido nunca, deixando-se possuir de infundados temores, e illudindo o governo com a descripção de exagerados perigos, não é crivel que o ministerio pudesse pensar em uma luta com o exercito, para premunir o seu delegado contra a

Digitized by Google

eventualidade de tão inesperavel desgraça. A resposta não estaria no caso da pergunta.

O chefe de policia faz confissão publica de inepcia, ou de malévola predisposição contra uma das classes mais respeitaveis do paiz, si viu, ou indicou, na meia duzia de desordeiros que praticaram o assassinio de 25 de outubro, a guarda avançada do exercito brazileiro. E o governo, a não ser induzido em engano pelo chefe de policia, não era possivel que tal sonho concebesse.

O que é de bom senso, pois, é que o governo teria aconselhado ao chefe cautela contra a possibilidade de conflictos, mas com a turba-multa, com os animos exaltados do ajuntamento popular. Com o exercito, não; com a tropa, não, que alli não estava, nem se podia presumir que estivesse.

Demos, porém, que, ou por confiança implicita nas communicações da policia, ou por um sentimento de prudencia, que, nos governos, em geral, não pecca por carta de mais, fosse real o conselho: — « *Evite provocar conflictos com o exercito.* » — Conceda-se que, por esses, *ou outros motivos quaesquer*, essas fossem as instrucções do governo ao seu agente. Onde está, nesse conselho o crime, a culpa, o erro, o defeito nessa advertencia?

Si o tivesse dado, nenhuma razão tinha o ministerio para o negar. Ainda quando o não tivesse, podia confessal-o, não enfiado, mas satisfeito. A não estarmos, realmente, em um paiz de orates, esse lembrete do governo á policia não deslustra, antes honra, e não póde deixar de honrar o gabinete.

Evitar conflictos com o exercito, com o povo, com a multidão, com quaesquer classes, eis o primeiro dever da autoridade mantenedora da ordem. Acima do reprimir os conflictos está o prevenil-os. Os descuidados reprimem; os avisados previnem. Ora, ainda se não lembrou alguem de pôr em duvida que solicitar uma autoridade, ou um individuo, ao cumprimento do seu dever, seja acção louvavel e benemerita.

Logo, si o governo aconselhou á policia que evitasse o conflicto, fez bem, e é credor de applausos.

E, si (acingindo-nos á versão do desembargador Bellarmino) o conselho foi, não sómente *evitar*, senão *evitar provocar*, ainda menos se comprehende a censura. A policia que não sabe evitar o conflicto, isto é, baldar a desordem promovida *por outros*, é

Digitized by Google

incapaz. A policia que não *evita provocar* conflictos, isto é, que os provoca, *ella mesma*, é directa e gratuitamente criminosa.

Conflictos, acceita-os a policia, quando absolutamente inevitaveis. Mas, emquanto humanamente evitaveis, não creal-os, ou prevenil-os, eis a mais essencial funcção da autoridade policial. Em que delinquiria então o governo, chamando-a ao desempenho della?

Agora, a balela do piquete, reclamado pelo ministerio.

A proposito desta arguição fallou-se com desprezo em governos « que não têm a coragem precisa, *para morrer no seu posto.* » Descuido lamentavel em um publicista do alto merecimento daquelle que o escreveu. Ou, como a propria *Gazeta de Noticias* o reconhece, o crime de 25 de outubro foi obra de um desforço pessoal; e requerer para a hypothese um governo de heroes, é imitar os maus habitos, tão censurados, bem que não menos copiados, da *rhetorica official*. Ou, si, como disse o *Brazil*, « *a paz geral esteve em perigo* », bem teria procedido o ministerio, acautelando a vida dos seus membros; porque, em emergencias taes, a morte dos homens que compôem o governo póde ser um lance de bravura; mas é, antes de tudo e sobretudo, uma calamidade publica e o mais incendiario facho para a propagação da anarchia. Nesses casos as *loucuras sublimes* são verdadeiras quebras do dever, se não consummados ridiculos.

Deixemos, entretanto, divagar a opposição, e tratemos de verificar os factos.

Na sua exposição de 10 do corrente, o ex-chefe diz que o ministerio, desde que pelo 3º delegado « se inteirou do ajuntamento da rua do Lavradio, mandou-lhe pedir vinte praças de cavallaria de policia, para guardal-o. » S. ex., que aliás era então chefe, e depois ainda continuou a sel-o, nunca, entretanto, chegou a saber « quantas praças foram enviadas para a secretaria de estrangeiros »; e nem, comquanto se tratasse de ordem superior, « designou-lhes o numero, quando escreveu ao tenente-coronel Andrade Pinto. »

Tudo isto é inintelligivel. O réo, esturvinhado nos primeiros atordoamentos da culpa, não chegou a acertar a defesa: e condemna-se pelas suas proprias palavras.

Os documentos hoje publicados levam essas presumpções até á certeza.

Digitized by Google

Diz-se que a guarda reclamada pelo gabinete privou a policia de meios que lhe poderiam ter sido uteis, para evitar o crime. O *Brazil* estranha que o ministerio « se empenhasse em salvar-se *á custa da vida de um homem vencido.* » O sr. dr. Pedro de Barros accusa-o de mostrar-se assim « despreoccupado com a urgencia, que a policia tinha, de força, para impedir o crime. »

Dest'arte, pois, si o ministerio não se aquinhoasse, para a sua segurança, com 20 praças, a policia poderia ter atalhado o delicto.

Mas o commandante do corpo de policia vem hoje á imprensa, e escreve :

« Posso asseverar ao publico que a força, que, á requisição do sr. ex-chefe, mandei para as immediações da secretaria de estrangeiros, *foi distribuida em patrulhas, para reforçar o policiamento da cidade,* e compunha-se de *oito, não de vinte homens.* »

Oito homens, pois, em vez de vinte.

Distribuidos *em patrulhas pela capital,* e não reunidos ás portas da secretaria de estrangeiros.

Ainda mais :

Quando é que accusam o gabinete de se ter rodeado dessas praças?

O *Brazil* que o diga.

« *Na noite* do dia 25 », affirma elle, em o seu editorial de 10 deste mez.

Ora, o homicidio passou-se durante o dia. Logo, em que é que essa guarda, distrahida (concedamol-o por um momento) em proteger os ministros, poderia ter auxiliado a policia em precaver a vida ameaçada de Apulcho ?

Mas o ministerio desamparou o seu posto ! Cortou a sua conferencia na secretaria do imperio, e lá se foi, espavorido, refugiar-se na de estrangeiros !

Reconhecido pelo *Brazil* que a reunião do gabinete na secretaria de estrangeiros foi *de noite,* confundido fica o desembargador Bellarmino, o qual asseverára que os ministros « pouco depois » do assassinio tinham ido junctar-se alli. A morte deu-se ás 4 e 15 minutos da tarde (*Jornal do Commercio* de 26 de outubro) ; e na estação actual não anoitece antes das 7. Logo, a conferencia na secretaria de estrangeiros principiou pelo menos tres horas depois

Digitized by Google

de finda a que se celebrára na secretaria do imperio. Logo, a interrupção desta conferencia em nada podia ter contribuido para a realização do crime. Logo, a supposta deserção do gabinete, cooperando com os designios dos criminosos, é uma parvoice.

Mas o ministerio passou nos seus coches « *em desfilada* » pela rua do Lavradio !

Como ! ? Apulcho estava morto ; e não é de crer, pois, que os inimigos do governo descubram nesse facto uma circumstancia facilitadora do crime.

Dahi, porém, concluem os orgãos opposicionistas que o ministerio *fugiu*.

De que ?

Do espectro do finado ? E' de crer que não. O *Brazil* não crê (talvez) em almas do outro mundo.

Dos amotinados ?

Mas esses, affirma o desembargador Bellarmino que se dispersaram, *logo depois* do homicidio.

Ha, verdade seja, para estes senhores, um pequeno embaraço. Passar pelo sitio do perigo de onde uma pessoa foge, não se tinha, até aqui, descoberto que seja modo de fugir-lhe. Mas chalaça escusa bom senso ; e ficou assentado que a gloria do *atrevimento* pertencia aos cocheiros, ou ás bestas.

A fantazia dos autores do epigramma, essa está claro que nenhuma parte teve na proeza. O que pertence a elles sós, é o chiste do engenhoso remoque. Pois pena é não haver alguma alimaria reclamante.

O ex-chefe accusára uma fuga em *desfilada*.

Vem depois o sr. Pedro de Barros, que parece não ser menos exaltado nas coisas da imaginação do que atilado nas de organização policial, e faz-nos passar pelos olhos os coupés dos ministros em « *disparada vertiginosa.* »

E engrimponando-se ao mais alto espigão do seu alcantiladissimo desprezo, deixa cahir de lá estas phrases fulmineas :

« *Além de tudo covarde ! As instituições estão em perigo !* »

Isto não faz rir, não.

E' serio ; e deve ter determinado alguma crise ministerial, como aquella de que o ex-chefe diz ter-se «espalhado immediatamente a noticia », logo que se leu « o seu artigo de 10.»

Digitized by Google

Pelas contas a sua salgalhada de hontem deve trazer no bojo algum cataclysmo social.

J'ai ri, me voilà desarmé.

A tardança na remessa da força pedida ao corpo militar de policia é allegação que já não se sustenta, em presença das declarações do tenente-coronel commandante. O chefe dispunha do telegrapho em acção, e não se utilisou delle. As duas requisições, que houve, não chegaram ás mãos daquella autoridade senão ás 5 1/2 e 5 3/4 da tarde, isto é, 1 hora e 1/4 a 1 1/2 após a morte de Apulcho; sendo que a ordenança portadora da primeira carta não a foi levar, senão depois de ter servido na remoção do cadaver do assassinado, e ido á rua do Riachuelo, chamar para o corpo de delicto o medico de semana.

Naturalmente, portanto, as providencias dadas neste sentido por s. ex. tinham por fim resuscitar o morto, e não prevenir a morte. A delonga, pois, na satisfação dellas poderia demonstrar, não que o governo, o commandante do corpo, ou quem quer que s. ex. queira, incorreu em cumplicidade no crime, mas apenas que não concorreu para a reviviscencia do fallecido.

Expungido assim o debate das circumstancias que encerram apenas o merito de emmaranhal-o, temos a questão simplificada nos elementos seguintes.

Apulcho refugia-se na policia, reclamando protecção em favor da sua vida. Os assassinos estão ás portas da policia. Ella o sabe, e ainda não disse o contrario. Não obstante, permitte ao homisiado sahir. A vindicta comminada realiza-se immediatamente, alli mesmo, quasi no soalheiro da repartição, que o devia abrigar.

Pergunta-se:

Teria fallecido Apulcho, si a policia não lhe tivesse dado sahida?

A morte de Apulcho foi, ou não, consequencia da sua sahida?

Para essa deliberação concorreu, directa, ou indirectamente, o governo?

Para se justificar da leviandade que entregou a victima aos matadores, funda-se o ex-chefe em duas considerações:

1.ª A confiança que não se podia recusar ao capitão Avila.

2.ª A persuasão, em que s. ex. estava, de que, a não sahir Apulcho, a casa da policia seria infallivelmente assaltada naquella noite.

Digitized by Google

Ao primeiro argumento se responde :

O prestigio e a espada do capitão Avila, por mais que valessem, nunca valeriam tanto contra as balas e os estyletes homicidas, quanto a alvenaria do edificio policial e as baionetas da sua guarda.

O *Brazil*, no artigo de 1 do corrente, alludindo a essa escusa, e ponderando :

« O chefe de policia declara que se achava sem força, para reagir, ou reprimir o tumulto»,

Accrescenta, com eloquencia marcial:

« Então a sua culpa sobe de ponto ! Não tinha tropas, não tinha polvora, e deu a batalha ! *Já não é um inepto, é um traidor á patria !* »

A apprehensão de um acommettimento nocturno não resiste ao mais leve exame.

A gente de que a policia se intimidava, segundo o cidadão que mais sabe de assumptos policiaes nesta terra, o sr. Pedro de Barros, « não passava de *meia duzia de insensatos.* »

Como s. s., pois, nas suas IVª e Vª epistolas, concluiremos que o ex-chefe cedeu a receios «*infundados e pueris*», amedrontando-se com *o fantasma da rebellião encarnado n'um grupo.* »

Não tem, portanto, desculpa a autoridade policial, que (são expressões do *Brazil*) «receiosa de que lhe arrebatassem a victima das mãos, ou a trucidassem na propria presença, a deixou correr a um sacrificio quasi certo.»

Admitta-se, porém, que houvesse os mais serios motivos, para temer um acommettimento nocturno á secretaria de policia. Nem assim tinha o ex-chefe direito de arriscar uma vida indefesa, como fez. Entre as 4 da tarde e a noite muito havia que esperar, e conseguir. E, quando tudo lhe falhasse ; quando s. ex. não tivesse meio de fazer o que, em tantos casos analogos, se faz em toda a parte — de dar escapula ao perseguido por alguma sahida escusa, pelas casas vizinhas, por qualquer artificio, emfim, dos usuaes em occasiões semelhantes ; ainda assim, o dever da policia era resistir, com as forças que tivesse, mas nunca expôr a vida de um homem, para salvar a daquelles cuja missão official era defendel-a a todo transe.

Nada aproveita a s. ex. a resolução espontanea de Apulcho. O interesse individual do ameaçado na conservação da sua existen-

Digitized by Google

cia não era o unico, nem mesmo o maior dos interesses que se tratava de salvar.

Acima disso havia a dignidade, a reputação, o dever da policia, que não tem o direito de consentir, ou facilitar um suicidio.

Para salvar o foragido, cumpria começar resistindo-lhe á temeridade.

Apulcho não teria morrido, si não deixasse a policia; e deixou-a unicamente por uma condescendencia indefensavel do desembargador Bellarmino.

Que parte teve nessa circumstancia o governo ? Nenhuma.

Logo, si essa circumstancia é a que determinou a morte, — que responsabilidade, proxima ou remota, cabe nella ao gabinete ?

Podem excorjar, como quizerem, a logica ; não hão de escapar a este raciocinio, singelo, mas irresistivel como a verdade.

18 de novembro de 1883.

Digitized by Google

III

AS CAUSAS

Que elemento representava entre nós o individuo supprimido, em 25 de outubro, por uma violenta desforra ?

Apulcho, diz o *Brazil*, « *infamava a cidade inteira.* » Aquelle desgraçado « fabricava a injuria a 40 rs. o exemplar. » A « sua penna ignobil flagiciava a população desta cidade.» Durante annos « esta capital foi vilipendiada pela existencia ignominiosa do seu periodico infame. » Tal horror inspirava, que « o seu nome só agora é pronunciado », e « nem depois da sua morte tragica esse individuo despertou *uma unica sympathia.* » Objecto « da *repulsão universal*», elle tinha « de longa data attrahido sobre si a *execração publica* «. A sua folha, que « lançava o terror e a consternação por onde quer que passasse », era « um escandalo, que deshonrava a nossa civilisação. »

A *Gazeta de Noticias*, no dia immediato ao assassinio, em palavras repassadas de severo bom senso, enunciava-se assim :

«Ha *uma dignidade collectiva, que faz corar uns deante dos outros os membros de uma corporação que se sente offendida* ; seria estulto pretender ditar regras para o desforço, quando a nenhuma regra se submetteu o que provocou a indignação. Analysar os meios de vingança, a superioridade do numero e da força, seria desconhecer a natureza humana, que tambem é sujeita a tempestades cegas, como o mundo physico. »

A linguagem desse orgão de publicidade foi meditada e solemne na occasião. Dir-se-hia estar sob o dominio da impressão de ter derredor de si a sociedade inteira, incapaz de applaudir o homicidio, mas possuida de um sentimento de calma relativa, sciente da origem legitima daquella reacção e disposta a repellir as espe-

Digitized by Google

culações, com que os jogadores de escandalo e os buffarinheiros dos partidos desesperados não perdem ensejo de utilizar as commoções publicas, aggravando-as em proveito dos seus planos.

Recordando que dessa « repulsiva empreza » e seu « repulsivo director » (são qualificativos do *Brazil*) « todos nós fomos victimas », a *Gazeta* reflexionava :

« Não somos suspeitos em relação ao homem que hontem desappareceu. *Não ha quem tenha sido por elle poupado ; os poucos que o foram, não se lisongeavam por isso.* Tão pouco applaudiremos a cruel desforra, que o aniquillou ; *mas,* sem a applaudir, *não podemos deixar* de collocar-nos em frente della *como meros observadores,* que estudam, e descrevem as paixões humanas. »

E ainda :

« Não ha entre nós solidariedade na imprensa ; mas é de crer que uma tentativa menos efficaz contra outra qualquer typographia tivesse apagado todos os dissentimentos, si os ha, para congregar todos os jornalistas a bem da defesa de um principio. No emtanto o protesto que algumas folhas levantaram, *foi cheio de reservas* ; porque todos sentiam que *não era a causa commum que perigava* ; que não era contra o principio da bem entendida liberdade de imprensa que se levantava mão armada. »

Nada mais judicioso. Si a imprensa independente e a imprensa partidaria exercessem bastante imperio sobre os seus proprios impulsos, para fallar sempre assim, o jornalismo seria, por um inauferivel direito e uma força ineluctavel, o primeiro poder do Estado.

Infelizmente, porém, esse bom proposito é as mais das vezes ephemero ; e eis precisamente o que se acaba de dar. A causa da imprensa não tardou em ser confundida por algumas folhas com a do « explorador da diffamação », como lhe chamou o *Brazil* ; e áquelle primeiro movimento de boa fé e discreção bastaram vinte e quatro ou quarenta e oito horas, para que succedesse uma expansão de malignidade, em que, no intento de magoar a todo o transe o governo, a justiça se esqueceu de todo, e o proprio decoro nem sempre se respeitou. Não só esse decoro a que somos obrigados até em relação ao inimigo com quem nos degladiamos, mas o que devemos a nós mesmos, e, na sua expressão mais rudimentar, nos leva a não esquecermos n'um dia o que na ves-

Digitized by Google

pera sustentaramos, a não consignarmos n'um periodo opiniões que algumas linhas antes ou depois deixámos contraditas.

Meros observadores não os ha, nem os houve, senão uma só manhã. Hoje não ha senão fundibularios açorados em apedrejarem tudo.

A primeira irrealidade que convinha transmudar em certeza, é a *imprevidencia* do governo, como condição necessaria para demonstrar a sua incapacidade e responsabilidade no assassinio de 25 de outubro.

Entretanto, a *Gazeta de Noticias*, no seu editorial de 26, rasgadamente confessára:

« *Nenhum de nós previa* que as cousas chegariam a este ponto; e que *tal falta de previsão era justificada*, prova-o a circumstancia de lhe não dar inteiro credito o proprio ameaçado.

« *Si se tivesse previsto essa hypothese*, não ha um só de nós... que hesitasse em empregar o seu esforço, para prevenir a pratica de um acto, que... não deixa de ser um acto barbaro.

« *O facto que hontem se deu*, NÃO PODIA SER PREVISTO; *porque é um facto inteiramente extranho aos nossos habitos.* »

Assim, em toda a imprensa, na larga esphera de espiritos experimentados e penetrantes que a devem compôr, não houve *um só*, que previsse o desfecho da rua do Lavradio. E não só foi imprevisto absolutamente a todos esse facto, como, diz, de mais a mais, a *Gazeta de Noticias*, era *impossivel de prever*.

Escolha agora o publico entre, de um lado, essa declaração franca e peremptoria, do outro, o desplante do illustre cathedratico em materias policiaes, dignificado, nessa mesma folha, por oito dias, com as honras editoriaes, quando exprobra que «a autoridade não se apercebesse da possibilidade do desforço terrivel dos offendidos », e o imperturbavel aprumo do *Brazil*, quando escreve este asserto escandaloso:

« A perspectiva do assassinato de Apulcho pairava no espaço, como naquelle dia as laminas dos punhaes homicidas. »

Hyppocrate dit oui, mais Galien dit non, diria o publico, encolhendo os hombros, si lhe fosse licito ser indifferente em assumptos desta ordem, e si a insuspeição da *Gazeta de Noticias* não imprimisse á sua affirmativa um cunho de superioridade irresistivel, que dissipa todas as duvidas.

Digitized by Google

Ora, exigir do governo a previsão de eventos, que ninguem, na sociedade inteira, de que elle é orgão, era capaz de prever, é simplesmente uma puerilidade ridicula.

Que causas, porém, trouxeram de longe as coisas até áquelle resultado? Tinha a administração, nas leis do paiz, meios, que a armassem efficazmente, para lhes pôr cobro?

São questões que importa ventilar, e para cuja resolução seria insensato desaproveitar os elementos preciosos que nos deparam os escriptos opposicionistas.

A *Gazeta de Noticias*, por exemplo, colloca na situação *legal* do paiz (o que exclue a responsabilidade administrativa do governo) o principio originario, a que se liga a desaffronta ensanguentada de 25 de outubro.

« Quem quizer remontar á causa do successo a que nos referimos », pondera esse jornal, « chegará *necessariamente* a reconhecer que vivemos sob uma lei de imprensa que não póde deixar de ser profundamente modificada. »

Tres dias depois, no editorial de 29 de outubro, o seu juizo ainda é o mesmo:

« Dissemos que o exercito não se desaffrontou do *Corsario;* mas como poderia elle desaffrontar-se, *dados os nossos habitos e dada a actual lei de imprensa?*

« Não está nos nossos costumes o duello... O duello não era possivel no caso. Restava ao exercito o desforço legal, o processo á imprensa.

« A imprensa é livre no Brazil, livre até á licença, livre até á pouca vergonha, até á calumnia, á injuria, ao desrespeito á familia, livre até ao anonymo, que é a ultima palavra da covardia, livre até ao *Corsario*. »

Sete dias mais tarde, ainda nas *Coisas politicas* se lia a mesma explicação do facto da rua do Lavradio.

« Reclame a opinião publica », dizia o illustrado publicista, « pelos meios legaes, *uma lei de imprensa*, que prive embora uma curiosidade imprevidente de certas informações indiscretas, mas que deixe em paz a honestidade das familias e o decoro dos cidadãos. Por outro lado, clame tambem a opinião *por uma organização policial* posta sobre taes bases que o cidadão em perigo possa contar com a policia, a quem paga. »

Digitized by Google

Nada mais explicito, nada mais formal, nada mais terminante: a *Gazeta de Noticias* imputa as causas do facto em questão:

Aos nossos habitos ;

A' lei de imprensa vigente ;

Aos defeitos radicaes da organização da nossa policia.

Firmado assim, sem rodeios, esse parecer, é inconcebivel que o mesmo jornalista, em um desses artigos (o de 5 do corrente), ouse passar a esponja em tudo quanto escrevera, e ainda escreveu algumas linhas abaixo, dizendo:

« O que importa que fique assentado, é que a scena tragica do dia 25 foi preparada inconscientemente *por quem tolerou os desmandos da imprensa pornographica.* »

Então já não é a immoralidade dos habitos populares ? Já não é a lassidão legal do regimen da imprensa ? Já não é a imprestabilidade intrinseca dos moldes em que as leis e os regulamentos vasaram a nossa policia ?

Mas *il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée.*

Si o defeito está no direito positivo e na educação perniciosa da sociedade, a culpa do governo consistirá simplesmente em não ter promovido reformas, de que os orgãos da opinião na imprensa, até hoje, não tinham feito questão, e que, dadas as condições do espirito publico no paiz, seriam em todo o caso incapazes de corresponder ao escopo dos legisladores.

O autor dos estudos de critica policial a que a *Gazeta* estendeu o manto da redacção, compraz-se em desenhar, com austero sobrecenho, essa degenerescencia moral dos homens, que certamente não é obra do ministerio 24 de maio.

« O *Corsario,* diz elle, como todos esses vehiculos da diffamação e da injuria... alimentados... *pela complicidade do maior numero, se não pela mais lamentavel ausencia desses vinculos moraes que constituem a solidariedade da honra de um povo, não teriam de certo vingado em um outro meio,* hostil e impossivel a essa propaganda torpe... Productos taes só medram *em solo apropriado para aceitar-lhes a perniciosa semente, e fazel-a brotar.*

« Elle ahi campeou, *graças ao favor publico, que lhe não faltou,* e a esse desprezo e indifferença aos ultrajes á honra...

« A sociedade que, em má hora, viu nascer e florescer em seu seio tão monstruosa aberração da liberdade da palavra escripta,

Digitized by Google

certo não póde esperar da critica historica senão o juizo mais desfavoravel *a respeito da sua moralidade e dos seus costumes.* »

Ao mesmo aspero censor pertence o topico seguinte:

« A diffamação faz o seu caminho, polluindo os caracteres, affrontando o pundonor, e investindo contra tudo quanto a sociedade devêra ter a peito defender com as energias vivazes da dignidade e do brio.

« Afrouxados, *senão extinctos*, os estimulos da honra pelo funesto exemplo, os mais zelosos deste patrimonio, unico que, não raro, constitue a herança sagrada de mais de uma geração, *acabam por perder* o alto apreço em que a estimavam...

« E' sem duvida *a essa falsa comprehensão do dever social* que se deve attribuir a industria dos chamados — testas de ferro — *e a impunidade da imprensa pornographica.* »

Não será extraordinario que este mesmo verberador dos vicios nacionaes, depois de cantar assim a moliana á sociedade brazileira, a cuja frouxa estima pelos vinculos da honra attribue a impunidade do jornalismo pornographico, venha, nos mesmos escriptos, assacando a essa impunidade a scena sanguinolenta do dia 25, concluir com esta colossal zombaria ao senso commum:

« Tudo por culpa do governo! »

Por que arte raciocina s. s.?

Ora vejamos, um momento.

A que se deve a tragedia do Lavradio?

A' impunidade da imprensa pornographica, diz elle.

A que se deve a impunidade dessa imprensa?

Ao entibiamento do brio nos individuos e ao estado da legislação actual, responde o mesmo libellista.

Logo, si não mente a logica, por uma deducção irrefragavel, admittidas as premissas de s. s., que, em ultima analyse, são identicas ás da *Gazeta*, essa debilidade geral dos estimulos da honra, junta ao lacunoso regimen das nossas leis, seria a causa genitriz daquella vingança selvagem, extremo desafogo de victimas, a quem os costumes, por desmoralisados, a lei, por omissa, a policia, por mal organizada, não poderiam valer.

Sem embargo, confessando estes tres factos, que desarmavam, e innocentam absolutamente o governo — uma policia organicamente invalida; uma legislação de imprensa condescendente

Digitized by Google

com todas as insolencias do abuso da palavra; uma sociedade relativamente insensivel a esses excessos (são os escriptores opposicionistas que assim a capitulam) — a opposição acaba por esta consequencia inevitavel:

O governo assassinou Apulcho de Castro!

Quem decifrará estes senhores?

Si a lei, como a *Gazeta* reconheceu sem ambages, desarma a sociedade e os tribunaes contra os crimes da publicidade impressa, onde está então a « *escandalosa tolerancia* », de que o autor das oito epistolas accusa o gabinete?

Em não ter, para dizermos com s. s., « proposto ao poder competente uma reforma, que concilie os grandes interesses, a que serve a imprensa », com os direitos da honra pessoal?

Mas como criminar o governo, como accusar especialmente o gabinete de hoje, e em particular a proposito da morte de Apulcho, como criminal-o por não curar de uma reforma que a nação, pelos seus interpretes directos, o parlamento e a imprensa, nunca sequer insinuou que desejasse, nunca deu a entender que carecesse?

Quando, nos dias em que a sordidez dessa imprensa se estadiava mais pestilenta, em que a bacchanal dos *Corsarios* tripudiava mais desnuda, mais vil, mais insolente pelas ruas, — quando é que uma folha desta capital se levantou em nome da opinião contra a indignidade desta peste?

O governo, a não ser nos paizes que vivem pupillados pela administração, não tem que iniciar reformas, cuja necessidade o paiz não sinta; até porque reformas taes são necessariamente estereis. E não se póde suppôr que o povo sinta a necessidade de uma reforma, a cujo respeito nunca se pronunciou, nem nos *meetings*, nem nos periodicos, nem nos comicios eleitoraes, nem pela voz dos seus procuradores nos municipios, nas assembléas de provincia, nas casas do parlamento.

Qual foi, neste paiz, o partido que já se lembrou de indicar, no seu programma, a reforma da imprensa, no sentido de restringir-lhe as franquezas, como agora se suggere?

O republicano?

O radical?

O liberal?

Digitized by Google

O conservador?

Nenhum!

Com que direito então dois ou tres jornalistas da côrte se julgam autorizados a ver na sua opinião particular a opinião geral do paiz, a dar como resolvido um problema que agora apenas se aventa, a irrogar a pecha de criminoso a um governo, por não ter promovido, como materia assente, uma solução a cujo respeito a opinião publica ainda se não pronunciou?

Nem a imprensa nem o governo *fazem* a opinião. Podem modifical-a, dirigil-a, e, até certo ponto, antecipal-a. Mas, nesta ultima licença, nesta ultima funcção — a de antecipar-se ao espirito publico —, ao passo que a orbita do jornalismo é amplissima, a do poder encerra-se em limites minimos.

E que vale uma reforma não amparada nos costumes?

Si estes não têm virilidade, haverá leis capazes de emprestar-lh'a?

O autor das missivas á *Gazeta* a proposito do facto de 25 de outubro suscita-nos elle proprio, em um dos seus reparos, a resposta ás objurgatorias, com que se persuade esmagar o governo.

S. s. nunca desculpou o procedimento « dos dois illustres orgãos da justiça publica deante dos ataques á moral » e a Suas Magestades o Imperador e a Imperatriz.

Que é, porém, o que esse facto está revelando?

Uma simples desidia dos promotores actuaes? Mas as offensas á moral publica e aos principes reinantes não datam do *Corsario*. Em todos os tempos as têm havido. Pennas de uma reputação historica no paiz não hesitaram em ferir a corôa nos pamphletos mais aggressivos. E o *Libello do Povo*, a *Conferencia dos Divinos*, mil outros escriptos envenenados contra o Imperador e a dynastia, ficaram incolumes. Nenhum promotor pensou em querellar delles. Nenhum ministro de estado os chamou a contas pela omissão. Todavia, não era menos violada a lei nesses casos do que o é na hypothese dos *Corsarios*.

S. s. reprehende os promotores, por não cumprirem o dever que lhes impõe o art. 37 § 1º do *codigo do processo*. Ora, esse artigo não lhes manda sómente denunciar os crimes contra o pudor publico e contra a corôa, mas tambem as calumnias e injurias contra a assembléa geral e cada uma das camaras.

Digitized by Google

Como se têm desempenhado os promotores desse encargo? Tal qual como si elle não existisse.

As affrontas revessadas ás duas casas do parlamento constituem hoje, em toda a nossa imprensa, um facto trivialissimo, de occurrencia, por assim dizer, quotidiana.

Não ha publicista, estreante ou improvisado, que não procure ensaiar as suas primeiras armas no jornalismo, attribuindo ás deliberações parlamentares uma serie de moveis, tendencias e caracteres, que deshonrariam o individuo menos escrupuloso, e humilhariam a nullidade mais rasa. E ainda não houve promotor, que denunciasse essas graves infracções da lei penal.

N'um e n'outro caso, a respeito da moral publica e da familia imperial, como a respeito da assembléa geral legislativa, que se ha de colligir?

A preterição da lei escripta é a mesma em todos. Procedem esses funccionarios bem? Procedem mal? Os juizos divergirão. Mas o que não póde entrar em duvida, é que procedem sob a pressão do meio social que os rodeia, reflectem a sociedade que os envolve, obedecem á indole dos tempos, dos homens e das coisas. Essa unanimidade, essa uniformidade, essa impunidade mostram que procedem como não poderiam deixar de proceder: são instrumentos fieis do espirito da sua época e da sua nacionalidade.

Não será esta uma formidavel objecção ao parecer dos que vêem em uma reforma da legislação da imprensa o meio de sanear essa lagôa pontina, e varrer do jornalismo essa malaria odiosissima?

E' possivel que os que hoje clamam por essa reforma, tenham razão. Não lh'a damos, nem tiramos agora. Mas é singular que só neste momento essa inspiração lhes baixasse ao espirito. Tudo quanto é grande e respeitavel neste paiz, tudo o de que depende a sua honra, tudo o que se impõe ao seu acatamento — a corôa, o parlamento, os caracteres mais venerandos — poude ser arrastado no lodo, não só pela imprensa pornographica, mas por essa mesma que presume observar os preceitos da seriedade e da decencia; e nunca o jornalismo se lembrou de solicitar medidas, que cerceassem á palavra escripta essa liberdade sem limites, de que todos abusaram em graus mais ou menos altos da escala penal. Foi preciso o desapparecimento

Digitized by Google

do redactor do *Corsario*, « um scelerado da peior especie », diz o missivista da *Gazeta*, um individuo «cujo triste fim a muita gente pareceu apenas uma reparação», diz a *Gazeta* mesma, para que se descobrisse que a coarctação da imprensa é uma necessidade de salvação publica, vilipendiando-se com o labéo de complice no assassinio o governo que não tivera a comprehensão dessa urgencia, descoberta *post factum* pela sagacidade dos jornalistas da opposição, em um meio-sonho de estremunhados.

Como quer que seja, si é preciso reformar a organisação policial e o codigo criminal, para evitar de futuro tragicas desgraças, mettamos mãos a essas reformas.

Antes de tudo, porém, sondemos a opinião, e saibamos si podemos contar com disposições, que assimilem, e assegurem o novo regimen.

Mas solicitar essas reformas como remedio salvador, como o unico preventivo cabal, e, ao mesmo tempo, dizer ao governo, desarmado desses meios— «O vosso logar é no banco dos réos !» — é denotar, no caracter, ou nos habitos de julgar, uma falta de seriedade que causa dó.

Não queiram os que nos governos não divisam senão comedia, comedia e comedia, justificar tambem com a propria attitude aquillo de Petronio :— *Universus mundus exercet histrioniam.*

A opposição carece de não ser comica.

Novembro, 19, de 1883.

Digitized by Google

IV

O EX-CHEFE DE POLICIA

Este desastrado funccionario está mui satisfeito de si, e os orgãos opposiocionistas não menos contentes delle.

A satisfação de s. ex. é natural, presupposta a sua ingenuidade, e desde que os seus apologistas de hoje o empepinaram com a crença de que os inoffensivos gatafunhos da sua penna são capazes de estremecer gabinetes e situações.

Esta illusão é deploravel; porque o reduziu á condição de explorado, e converteu-o em joguete da malicia opposicionista.

Quando s. ex. deu a prelo a sua primeira correspondencia (a de 31 de outubro), aprouve-lhe substanciar o seu juizo completo sobre o assumpto em debate, dizendo :

« *Toda a questão* resume-se no seguinte : Devia, ou não, o chefe confiar no capitão Avila ? »

Esta fórmula coincide exactamente com a que ante-hontem estabeleciamos, quando sustentámos que a questão toda vem a cifrar-se nisto : Devia, ou não, o chefe permittir egresso ao refugiado? Foi, ou não, de lh'o ter consentido que proveio a sua morte?

Na estimativa de s. ex., portanto, o seu primeiro escripto liquidara a questão, e fornecera ao publico os dados existentes e cabaes, para sentencear no caso.

Entretanto, quando, dez dias depois, reappareceu nestas columnas, procurou explicar a segunda versão da sua defesa, allegando a conveniencia de « *completar* » a exposição anterior.

E' curiosa a operação a que s. ex. dá o nome de « *completar* ». No seu primeiro escripto mostrava-se convencido o chefe de

Digitized by Google

que nenhuma circumstancia, d'entre as que passaram na tarde de 25, poderia causar estranheza, e suscitar critica, senão a confiança depositada no ajudante de ordens do ajudante general; e, buscando justifical-a, descansou na fé de estar esgotada a questão « *toda* », sem capitulo de culpa contra ninguem, a não ser o temerario Apulcho. Dias depois vem ao *Jornal*, unicamente para mostrar que a questão « *toda* » estava, não naquelle acto seu, mas nos erros do governo.

Toda a gente supporia que deste modo o ex-chefe se desdissera, que se retractara, que produzira um depoimento novo, opposto ao anterior. Mas o desembargador Bellarmino entende que não fez senão *completal-o*.

E os criticos, a que s. ex. forneceu o alpiste do seu segundo artigo, a chalrearem-lhe gorgeios sobre gorgeios de applauso!

São, no emtanto, esses mesmos senhores os que se encristam, e nos tiram a pelle a bicadas, só por termos deixado cair o qualificativo de *incidente*, a proposito do homicidio do Lavradio. Como si a incidentalidade de um facto não fosse um caracter relativo. Como se uma circumstancia que, por certas faces, assume o alcance de principal não descesse, sob aspectos diversos, a incidente de outras, que a dominam, comprehendem, ou explicam. Como si, na historia e no uso vulgar, conflictos diplomaticos, que têm abalado a paz, e occasionado guerras, acções militares, que têm custado sangue e vidas numerosas, de uma importancia que ninguem comparará ao caso policial de 25 de outubro, não se conhecessem pelo designativo de *incidentes*.

Completar um conto, de agora em deante, se ficará sabendo que quer dizer inventar uma historia nova. O chefe de policia, que a 31 de outubro nada tivera de que arguir o governo, a 10 de novembro pretende empicotal-o no pelourinho da opposição.

Era o caso de dar-lhe com o rifão popular: *Ha um anno o mordeu o sapo, agora é que lhe vem o inchaço*.

Que triste posição a do infeliz magistrado!

Antes que s. ex., com o seu lastimoso embroglio de 10 do corrente, fizesse cahir a sopa no mel aos adversarios da actualidade, as folhas opposionistas o capitulavam como directo cooperador dos homicidas.

Digitized by Google

« A esta hora », dizia o *Brazil*, do 1° deste mez, « a promotoria pub'ica terá cumprido o seu dever, denunciando o desembargador Bellarmino Peregrino da Gama e Mello.

« Diz o codigo criminal, art. 5° :

« São criminosos como complices todos os que directamente concorrerem para se commetterem crimes. »

« As declarações, feitas hontem por esse magistrado, são *a confissão da sua culpa, o seu corpo de delicto, ou o seu libello.* »

Esta nova jurisprudencia penal, em materia de complicidade, deve ser eriçado os cabellos aos srs. Ferreira Vianna, Andrade Figueira e Duque-Estrada. Ella dá-nos a lembrar o senso juridico de certo magistrado, conhecido intimo do ex-chefe, que, em uma folha de Campinas, ao tempo da prisão dos bispos brazileiros, sustentava que o fôro desses réos era o senado, e não o supremo tribunal de justiça, « *porque os prelados têm honras de principes.* »

Seja como fôr, porém, as palavras do *Brazil* accentuavam o conceito em que s. ex. era considerado na grei conservadora.

O laureado epistológrapho da *Gazeta*, que, em assumptos policiaes, *não faz politica*, por mais que o contrario pense o governo, pervicaz em não chamal-o á prefeitura, lavrava, na sua de 8, a mesma condemnação :

« O ex-chefe de policia não póde ser desculpado dos desacertos e da falta de coragem civica, de que deu triste testemunho na tarde de 25 de outubro. »

O desembargador Bellarmino, taxado pelo *Brazil* de 27 desse mez como « *o producto espontaneo desta situação exanime, desmoralisada, repellida pelo paiz* », era accusado pelo orgão conservador de ter entregado a victima « á lei de Lynch », e, « com a toga manchada de sangue », deixado fugir os criminosos, sem ao menos conhecel-os.

Nem é tudo. Não era só de inepcia, de quasi imbecilidade, que lhe impunham a nota. Feriam-n'o directamente com a taxa de covardia moral. Qualificavam-n'o de subornavel. Infligiam-lhe o vilipendio de, « por amor de uma promoção », calar os crimes do governo. Indigitavam-n'o como pusillanime, adulando o gabinete armado das graças do poder, e, « como áspide entre flores » (a poesia da engelhada imagem não lhe adoça o veneno), aguçando o ferrão da calumnia contra subalternos indefesos.

Digitized by Google

Mas a opposição não é intransigente com as conveniencias do seu jogo.

Humilhando o desembargador Bellarmino, abria-lhe, ao mesmo tempo, uma estrada para a sua benevolencia.

« O ex-chefe de policia », dizia o *Brazil* (1 de novembro) « atreve-se a *especular* ainda com o silencio. »

Na mesma occasião, porém, e no paragrapho seguinte áquelle em que assim o accusa do mercador, rasgava-lhe uma porta facil para a absolvição e para a *gloria*, convidando-o a revelar « a parte que na tragedia tivera o governo ».

Essa circumstancia « o isentaria completamente », accrescentava o accommodaticio publicista, « ainda quando lhe fosse preciso acobertar-se com o § 3º, art. 10, do codigo criminal », que declara inculpados os que commetterem crimes, violentados por força ou medo irresistiveis.

Daqui uma de duas:

Ou o ex-chefe, antes de revelar ao publico o papel do governo, já á puridade o communicara á redacção do *Brazil*;

Ou a redacção do *Brazil* não punha condições, e aceitava, para condemnar o gabinete, e innocentar o ex-chefe, a historia, fosse qual fosse, com que este se prestasse a matar a sêde ao escandalo.

Na manhã de 10 do corrente o *Brazil* assegurava que, « si o sr. desembargador Bellarmino *pudesse fallar*, tivesse os *braços desatados* e *o espirito livre das preoccupações da familia* », « com certeza o sr. Prisco Paraizo, a essa hora, já não seria ministro da justiça. »

A idéa de desmontar gabinetes não se sabe onde ande trabucando mais assanhada: si no espirito do *Brazil*, ou no do ex-chefe. Não se póde, todavia, suppôr que o desembargador Bellarmino acudisse precisamente ao engodo de demittir o ministro que o demittira; pois, por uma dessas coincidencias que a sorte prepara, na mesma data o ex-chefe mostrava, pelo *Jornal do Commercio*, que podia fallar, que tinha os braços livres, que da familia não se preoccupava tanto.

A correspondencia estampada nesse dia por s. ex. foi para os publicistas anti-ministeriaes *uma revelação*.

O *Brazil* tangeu a charamella em honra do que na vespera affrontára, descantando que o « fraco se tornára forte, o vencedor

Digitized by Google

pela traição ficára desmascarado, *e a rehabilitação moral do ex-chefe de policia não podia ser demorada.*»

Na *Gazeta*, o martello dos chefes de policia, que, na sua de 8, accusara a s. ex. de sonegar a verdade, « *para não mostrar-se indigno do logar promettido na relação da côrte* », já, na sua de 11, celebrava no ex-chefe « um magistrado honrosamente respeitado », a quem iniquamente se pretendia envolver n'uma responsabilidade que pesa toda sobre o governo.

Deu-se assim o salto que elevou s. ex. do banco dos réos á altura das sympathias do *Brazil*. Deu-se; mas não sem que se quizesse disfarçar, preparando os espiritos para a sorpresa. O orgão conservador, no dia em que parecia *adivinhar* a evolução do ex-chefe, já o não apontára como uma das immoralidades desta situação. S. ex. passara a ser « *um infeliz magistrado*, escolhido *para bode expiatorio.* » Era isto a 10. Nessa manhã mesma tataranhou o desembargador Bellarmino a sua primeira diatribe contra o gabinete. No dia seguinte o *Brazil* louvava em s. ex. o magistrado « *que poz acima de tudo o seu dever, conservando immaculada a sua toga, expondo-se pela justiça, batalhando sem treguas pela lei.* »

Não se poderia dizer que o honrado juiz descesse *de bispo a moleiro.* Não, pelo contrario: de incapaz subiu a victima; de victima sublimaram-n'o a heróe.

Mas porque?

O ex-chefe provára ter sido « *mero executor das ordens do governo.* »

E como?

Demonstrára S. Ex. que não tivesse entregado a victima á « *lei de Lynch?* »

Allegára, sequer, que a tivesse arriscado á morte por ordem ou insinuação do governo?

Não!

Aconselhar precaução contra conflictos, não é insinuar que não se resista ao crime. Aconselhar prudencia contra a eventualidade de um grande derramamento de sangue, não é suggerir que se entregue em holocausto á vingança de allucinados o sangue de um perseguido, ou que se aventure á morte um homem que se veio acolher della á sombra da autoridade.

Digitized by Google

O gabinete (si é certo o conselho que lhe attribuem, e que o nobilita) exigira do ex-chefe apenas discrição, e esta é condição essencial de efficacia e força na legalidade. O chefe, pelo contrario, praticou a vacillação e a fraqueza.

Que affinidade ha, pois, entre o conselho de um e o procedimento do outro?

Não cuide s. ex. que nos responde com o *Brazil*.

O *Brazil* é um amigo menos invejavel do que adversarios como nós.

Senão, vejamos.

No *Jornal do Commercio* de 11 do corrente um *consta* da *Gazetilha* levára a crer-se que o governo responderia officialmente ao artigo do ex-chefe publicado no dia anterior. No dia seguinte s. ex. prometteu replicar em tempo. Mas a réplica atrazou-se, e o *Brazil* começou a mexer-se como o diabo em pia d'agua benta.

Quatro dias depois do compromisso de s. ex. o orgão conservador, já engravitando-se, escrevia um edictorial sob o titulo « *Transacção?* », onde sobresae este lance:

« D'agora em deante, *ou o silencio a peso de novos compromissos, o que é a deshonra para quem promette e para quem se vende*, ou a verdade inteira, dita ao paiz, sem inconveniencias, mas sem mutilações. »

Á bon entendeur demi mot.

Na manhã immediata as iras do *Brazil* ainda se engrifaram mais.

Oiçam-n'o:

« O ex-chefe, em vez de acceitar e praticar *o deploravel conselho da transacção e do medo, devêra pôr Apulcho de Castro sob a ordem immediata do ministerio, e retirar-se para a casa*, recusando-se a figurar, *como figurou*, nessa miseravel scena de fraquezas e terrores do poder publico humilhado, *até entregar o desgraçado, que devia salvar*.

« *Desgraçada abdicação!* O ex-chefe, *irresoluto como a fraqueza e perplexo como o medo*, acceita todos os alvitres, e *não executa nenhum*.

« Nestas vacillações e angustias interroga *o agonisante*, já sem razão e sem liberdade: — « Quer sahir, protegido pelo representante do ajudante general do exercito, que lhe assegura a vida?

Digitized by Google

« A pergunta só podia ter uma resposta : sim ; porque nella se contém a confissão de não restar outro recurso. O ex-chefe de policia forçado a se deixar substituir por um official do exercito e desarmado ! »

Ora, ahi está : o ex-chefe increpado outra vez pelo *Brazil* :

— de entregar o desgraçado, *a quem devia salvar* ;

— de ter *abdicado desgraçadamente* ;

— de mostrar-se irresoluto *como a propria fraqueza e perplexo como o medo*.

Taxado assim pela mesma folha que, cinco dias antes, encomiava na pessoa de s. ex. a *toga incontaminada*, o devoto do dever *acima de tudo*, o heróe *que se expuzera pela justiça*, o *batalhador sem treguas* pela lei, empenhado em « tornar o direito a mais sublime das garantias prestadas á liberdade, á propriedade, á honra e á inviolabilidade da vida humana ! »

Ora, viva o *Brazil* e viva o Sr. Gama e Mello !

Muito bem. Mas, si o *Brazil* póde figurar em s. ex. um chefe poltrão como a propria fraqueza e tremedor como o proprio medo, censurando-o de ter abdicado miseravelmente e entregado um homem á morte, *devendo preservar-lhe a vida* (é o *Brazil* que o diz) ; si, não obstante, s. ex. não acha em todos esses conceitos occasião de irriminar-se contra o orgão conservador, — é bem difficil entender onde está o motivo de se engallispar com tão máos modos contra os defensores do governo, quando estes absolutamente não disseram até hoje mal nenhum de s. ex. mais do que aquelle periodico cinco dias atraz.

Um juiz defende-se ; não esbraveja, nem espuma injurias. A dignidade da toga não condiz com as raivas de um espirra-canivetes ou de um escala-favaes.

Mas não esqueçamos que a verrina do *Brazil*, si por uma face carranquêa para o ex-chefe, com a outra encarranca para o gabinete.

Do governo, diz elle, partiu « *o conselho da transacção e do medo.* »

Outra :

« O ex-chefe de policia foi *forçado* a se deixar substituir por um official do exercito e desarmado. »

Quereis conhecer o villão, ponde-lhe a vara na mão, diz o adagio. Ora, entregassem a policia nas mãos do jornalista que exprobra ao

Digitized by Google

ex-chefe o não ter «*posto Apulcho sob a ordem immediata do ministerio, e se retirado para casa*»; e agora o verieis! Siso e conhecimento das leis do paiz, só alli.

As expressões do *Brazil* encerram uma denuncia contra o governo, por ter *aconselhado o medo*, constrangendo o ex-chefe a ceder as suas funcções tutelares a um official de linha, e desarmado.

Mas onde, e de que modo?

Alvitrou o gabinete ao ex-chefe que abrisse as portas a Apulcho?

Autorizou-o a que o confiasse a um official do exercito?

Teve, sequer, o gabinete noticia da intervenção pessoal do capitão Avila no facto de 25?

Communicou-se-lhe a sua chegada, os passos dados entre a secretaria e o ajuntamento, a alternativa proposta a Apulcho entre ficar, ou sahir sob a protecção do official, a deliberação ou, ao menos, o pensamento, concebido pelo ex-chefe, de lhe commetter esse encargo de confiança?

Teve o ministerio sciencia de algum destes tramites da scena do Lavradio?

Suggeriu, ou sanccionou algum delles?

Não! Ninguem ainda o affirmou.

Logo, em que é que o governo participou nas indecisões e nos erros do desembargador Bellarmino?

Turrarem ainda na recommendação de *evitar conflictos* seria sanfonina para moer a paciencia aos santos.

A que se reduz, pois, a defesa do ex-chefe?

— O governo recommendou-me que evitasse conflictos com a tropa.

Mas era uma recommendação honrosa para o autor, e que só podia atarantar, ou enfraquecer, a um executor incapaz de conciliar a moderação com a energia.

— O governo desamparou-me, transferindo a sua conferencia da secretaria do imperio para a de estrangeiros.

Mas está provado, e reconhecido pelo *proprio Brazil*, que a conferencia no caes da Gloria se effectuou á noite.

Está consignado por vós mesmo que a conferencia no Rocio terminou logo após a morte de Apulcho.

Logo, a segunda conferencia não foi continuação da primeira.

Digitized by Google

Logo, a suspensão da conferencia no Rocio não vos podia enfraquecer, para atalhardes um crime já consummado antes que os ministros se separassem.

— Não tive soldados sufficientes, para conter a vingança projectada; porque o gabinete me requisitou, para sua segurança, um piquete de vinte praças.

Admittindo que o requisitasse, é certo que lh'o tivesseis fornecido?

Vós mesmo confessais ignoral-o; e o commandante do corpo militar de policia informa o publico de que a força remettida cifrou-se em *oito* praças, e de que o gabinete, em vez de se mandar guardar por ellas, fel-as distribuir pela cidade em patrulhas.

E, demais, para que horas se vos reclamaram, e reclamastes essas praças? Para a conferencia na secretaria de estrangeiros, vós mesmo o dizeis na segunda carta ao tenente-coronel Andrade Pinto, — isto é, *para de noite*. Logo, para occasião posterior ao crime. Logo, não seria a falta desse contingente que vos desarmasse para obstal-o.

Vêde como vos entaliscais nas vossas proprias palavras.

Il faut avoir bonne mémoire après qu'on a menti.

— Requisitei reforços, e o corpo de policia não m'os enviou.

Mas, redargue o commandante, a vossa primeira carta foi-me levada por uma das praças que tinham carregado o cadaver de Apulcho. Logo, só depois do crime cogitastes nessa necessidade. Se não, porque não vos utilizastes do telegrapho, *que nunca deixou de funccionar?*

Assim, de evasiva em evasiva, o ex-chefe nada tem feito, senão entalar-se.

Agora que qualificação merece a attitude publica de s. ex., depois de sua exoneração, para com o governo?

Bem simplorio é s. ex., si toma a serio os gabos do *Brazil*.

Póde, quem não tiver noção nenhuma das leis moraes, que devem presidir ás relações intimas entre os membros de uma administração, especialmente nos cargos de confiança, tecer louvores ao magistrado « *que não tem papas na lingua.* »

Mas, com certeza, não ha nenhum homem de estado, mesmo no gremio do *Brazil*, e, fóra delle, em toda parte, entre liberaes, conservadores e republicanos, que não julgue severamente, hoje, o

Digitized by Google

desembargador Bellarmino; nenhum, que para cargos taes depositasse mais nelle a sua confiança.

Governo de publicidade não quer dizer governo de inconfidencia e deslealdade.

O publicista britannico que com mais penetração talvez escreveu a philosophia pratica da vida constitucional em Inglaterra, Walter Bagehot, lembra algures que nem a opinião nem o parlamento, naquelle paiz, tolerariam a estroinice de um ministro que expuzesse á curiosidade publica essa parte da existencia do gabinete, que corre e deve ficar sempre á sombra da confiança mutua entre os membros desse corpo. (*)

Si isto é certo a respeito dos ministros entre si, que não será nest'outra esphera de dependencias mais estreitas, onde a subordinação crea laços addicionaes aos da confiança?

A intimidade de hontem estabelece deveres, que não cessam com o exercicio do cargo, e para os homens de honra perduram indefinidamente.

Si exemplos como o do desembargador Bellarmino viessem a repetir-se, um funestissimo espirito de desconfiança manietaria, e emmudeceria os ministros perante os seus agentes mais intimos, encheria de ciladas e artificios as relações entre superiores e subalternos, e substituiria, na administração, a boa fé e a estima reciproca pelo receio, a esperteza e a duplicidade.

Os ministros estariam litteralmente sitiados pelos seus subalternos. Não haveria governo possivel.

Si a isto accrescentarmos que o desembargador Bellarmino chega a offender *no caracter pessoal* os membros de um gabinete com cuja confiança pouco antes se honrava, então seremos obrigados a concluir que não ha expressões demasiado rigorosas, para lhe condemnar o procedimento.

Não se entufe s. ex. com os bravos de applaudidores interesseiros.

Lá diz, ha muito e muito tempo, a velha sabedoria popular, que aliás invocamos aqui sem a minima intenção offensiva contra s. ex.: *Ama-se a traição, e aborrece-se o traidor*.

20 de novembro de 1883.

(*) W. Bagehot: *The English Constitution*, Third edit. Lond., 1882. Pag. 14.

Digitized by Google

V

NOTRE FUTUR PRÉFET

Relevem-nos a francezia da phrase.

Outra não calhava para exprimir, sobre o auctor das prelecções policiaes — *A proposito do facto de 25 de outubro*, os nossos votos e as nossas esperanças.

Na *prefeitura* é que queremos ver a s. s.

Lêmos com a mais afincada attenção os seus numerosos trabalhos *de re policiali*; e, entre varias outras conclusões, chegámos a esta: aquillo não é para o nosso bico, nem para a nossa lingua; não é ahi qualquer sciencia policial; é policia fina, finissima, ultra-fina, — policia de Pariz.

Posto em francez, aquillo tinha outro *cachet*.

Em nossa humilde opinião, até, a *reforma* organizada por s. s. resente-se de dois esquecimentos imperdoaveis, fundamentaes, que nos afoitariamos a sanar nas duas emendas seguintes:

O chefe de policia passa a chamar-se o *prefeito de policia*.

A casa grande da rua do Lavradio, esquina da do Senado, fica se denominando o *Hotel da prefeitura*.

Não sabemos si a novidade pegará. Mas é boa. E, emquanto a nós (não o podemos occultar), a admiração que nos deixou a leitura das obras de s. s., já não nos permitte encontrarmos á porta do Castellões, ou no ponto dos bonds de Botafogo, tão alto reformador, sem que o chapéo nos vá até ao chão, e o assombro nos murmure no peito: *Monsieur le préfet!*

O humilde articulista que ousa occupar-se hoje com tão elevado assumpto, crê religiosamente na virtude do francez.

Si o incumbissem de uma reorganização policial, não estava com ceremonias: mandava traduzir, mas mal, muito mal, (que

Digitized by Google

se lhe não delisse na versão portugueza o *bouquet* patrio), por especial recommendação, qualquer cousa composta *à Paris, aux bureaux de la rue de Harlay*, ou encarregada *exprès* a M. Puibaraud, a M. Naudin, ou a M. Lestiboudois, *chefs de division des bureaux de M. Camescasse, actuel préfet de police de la Seine*. E veriam : nem a vida dos publicistas pornographicos corria mais perigo, nem o sr. Lafayette se estaria « afundando », como o *Brazil* diz.

Não sabemos si s. s. tem a mesma quéda que nós pelo gaulez. Ha na rigidez da sua pessoa e da sua palavra um *quê* de britannico ; e, si nos entra a suspeita de que s. s. pende antes pelo inglez ; de que prefere Dover a Calais ; póde estar certo : não encontrará tambem anglomaniaco mais *uncompromising* do que nós.

Iremos então alistar-nos ás suas ordens na *metropolitan constabulary*. *All right, my dear sir*.

Todavia, ha de saber o nosso honrado mestre em arte policial, que a mesma policia londrina (*) não escapa aos Aristarchos, e os tem encontrado não menos bravos do que s. s. foi com a nossa.

Folheie o magnifico livro de T. H. S. Escott « *England: its people, polity, and pursuits* »(**) ; e, no volume I, pagina 421, verá que tambem contra ella tem havido explosões de indignação, *outbursts of indignation* ; que tambem a policia de Londres tem sido accusada de imprestabilidade, *of having failed*, de incapacidade no descobrimento e captura dos perpetradores de crimes odiosos, *heinous crimes* ; que se têm levantado, até, graves suspeitas quanto á rectidão de todos os funccionarios policiaes, *grave suspicions upon the rectitude of the whole constabulary* ; que não lhes têm faltado increpações, ora de excesso de poder, ora de abusiva condescendencia em fechar os olhos a delictos por conveniencias de occasião.

E, para que não se duvide, aqui vai o topico no idioma original :

« Its members are sometimes charged with exceeding their powers, sometimes with condoning offences when it has been made worth their wile to be conveniently blind. »

(*) De le Paris nem falemos. Leia s. s. o recentissimo livro de Yves Guyot: *La Police*, Paris, 1884. (Nota em 9 de Maio de 1884).

(**) Second edition, Lond., 1880.

Digitized by Google

Ora, ahi está: s. s. mesmo ainda não disse mais cobras e lagartos da policia desta capital do que os filhos de Albion propalam da sua.

A propria Inglaterra, portanto, bem longe está daquelle ideal, que s. s. quer para logo e logo, para já e já: « Inaugurar o reinado absoluto da lei e só da lei. »

Desconfiamos, e não com mal fundadas razões, já se vê, que si o gabinete de St. James tivesse noticia de que o possuidor deste segredo anda ocioso e desconhecido por estas plagas de Guanabara, prégando policia aos peixes, não nos tardaria a satisfação de vermos o Brazil engrandecido com a honra de emprestar um reorganizador policial á Inglaterra, como esta empresta financeiros á Turquia, ou ao Egypto.

Lá o veriamos então (com que cócegas da vaidade brazileira!) assombrando o Tamisa (desalojado o actual serventuario. *sir* Edmund Yeamans Walcott Henderson), em Whitehall Place, n. 4, na dignidade resplandecente de *Commissioner*, á frente da *Metropolitan Police Office*, com uns vencimentosinhos de 2.100 esterlinas, pondo e dispondo, como um soberanete, de 24 *superintendents*, 611 *inspectors*, 1.037 *serjeants* e 10.966 *constables*, com os respectivos 236 cavallos. (Acho poucos animaes.)

Ora, que me diz s. s. a esta perspectiva? Maiores impossiveis tem-se visto realizados.

S. s. não pertence ao numero dos nescios e corrompidos, que, no seu entender, compoem o governo actual, e desacreditam a situação.

Tambem não está nas fileiras dessas classes, que, por uma synonymia expressiva, denomina de « egoistas » ou « conservadoras. »

Constituem, a seu ver, essa categoria « os ricos, os abastados, os principes da politica, os que por seus serviços, por seus talentos e por muitas outras cousas que não vêm a pello esmiuçar, conquistaram posições inamoviveis. Em regra, indifferentes e estranhos aos phenomenos sociaes, *cujas causas dir-se-hia que desconhecem*, e cuja reproducção não os preoccupa, nem assusta, elles *symbolisam as forças conservadoras*, promptas para, na hora do perigo, garantirem as suas posições, defendendo a actual ordem de coisas. *Requinte de patriotismo sublime!* »

Digitized by Google

O epigramma será com o sr. Lafayette, o sr. Saraiva, o sr. Dantas, o sr. Martinho Campos? Ou com o sr. João Alfredo, o sr. Cotegipe, o sr. Paulino?

Todos são uns, aos olhos do rispido censor.

Fiquem-se, pois, embora com as suas posições. Mas estejam scientes de que não podem contar com este desempenado precursor do futuro, esta victima da ingratidão policial de Pariz e de Londres.

Elle pertence, «por direito de indole, de temperamento e de convicções», á classe «*dos homens de coração e de vontade.*»

Chega, até, n'um rapto de modestia, a ser o prégão do seu civismo.

«O meu civismo» diz s. s.

Como se dissesse: «as minhas suissas.»

Si a noiva não disser que é donzella, quem o dirá por ella?

Está a lembrar-nos a *Boda de Pordioseros*, na chistosa *letrilla* de Francisco de Quevedo:

La novia vino rancia
Muy necia y poco moza,
Y sobre su palabra
Doncella como todas.

Mas não tratamos de noivados, senão de policia.

«Estudei», diz s. s., «a fundo as differentes organizações policiaes da Europa e de alguns Estados da União Americana; conheço *tão perfeitamente quanto possivel* o modo por que esse serviço é feito *em toda a parte*, os meios de acção de que dispõe a policia e o *segredo da sua applicação.*»

Quer dizer: em Pariz s. s. manejaria o mecanismo policial com o desembaraço de um Dubois, de um Pasquier, de um d'Anglès, de um Bourrienne, de um Delavau, de um Gisquet, de um Maupas, de um Piètri; em Londres surraria de quinaus o *Director of Criminal Investigations* da policia metropolitana, ou o *Chief Superintendent da City-Police*. Tudo com a mesma facilidade e graça com que um fedelhinho meneia as guitas de um *Pierrot*.

A traça de reorganização policial offerecida por s. s. ao ministerio Saraiva esteve a pique de levar ao tumulo o seu autor. Custou-lhe longos e aturadissimos estudos, que lhe *teriam esgo-*

Digitized by Google

tado as energias todas », si elle « as não possuisse, felizmente, *capazes de supportar quaesquer provanças.* »

Caprichos do acaso! Nós, que acabamos de ler estas palavras, e a vista que se nos põe fortuitamente nas paginas abertas de um livro, cuja frequencia muito vivamente aconselhamos a s. s., para a eventualidade, que Deus lhe affaste, de novo « ostracismo », como aquelle ominosissimo de outros tempos, no qual o emerito reformador foi aprender a distinguir o momento preciso « em que começa o declinio do poder. » E vejam logo o que me havia de metter pelos olhos a dentro *el ingenioso hidalgo de la Mancha*!

Isto, nem mais nem menos:

« *No hay poeta que no sea arrogante, y pense de si que es el mayor poeta del mundo*! »

Observação verdadeira, será, mas que não vem ao caso, desde que s. s. não faz versos. Trazemol-a, unicamente para não occultar ao publico circumstancia nenhuma, das que passam no nosso espirito e em nossa escrivaninha, durante a operação, a que nos entregamos, de dar ao papel este mal alinhavado commento ao epistolario policial da *Gazeta*.

Quando se annunciaram ao mundo essas cartas nós, que fazemos das habilitações excepcionaes de tão celebrado especialista o devido juizo, esperámos a esse respeito novidade fresca, instructiva para os profanos e os mestres. Preparámo-nos com um longo resfolego de contentamento, para ouvir tratar o assumpto com a profisciencia technica de quem conhece o *segredo* da pratica policial nos dois continentes.

Ora, ahi temos homem para a questão, dissemos entre nós. Vai esgotal-a. Verão; não omittirá nada, não esquecerá *udo nem miudo*.

Quaes as falhas do mecanismo da policia entre nós? Quaes dellas concorreram para o crime de 25 de oitubro? Que meios ha de concertar esses defeitos? Até que ponto, em casos dessa ordem, vae a responsabilidade dos homens, e principia a acção fatal do organismo vicioso, que os incapacita para o bem?

Eis o que cuidavamos que o pontifice nos viesse ensinar.

Pois não ensinou coisa nenhuma.

Lêmos, tornámos a ler, a primeira missiva, e o titulo que encontrámos, para a rubricar, é necessariamente este:

De como o autor tratará a questão na carta seguinte.

Digitized by Google

Corrêmos, e recorrêmos a segunda; e não lhe vimos outro cabeçalho veridico, a não ser:

De como a policia fica esperada para a primeira occasião.

Fomos á terceira, seguimol-a palavra á palavra; e ainda a mesma decepção:

De como na especialidade do assumpto não se falla, por emquanto.

Entrámos impaciente pela quarta, e, depois de devoral-a, acabámos por murmurar desanimado:

De como ficará in albis *o leitor, que espere encontrar aqui a incognita do problema policial.*

Com a quinta não nos sahimos melhor informados. Sempre as mesmas divagações, cujo summario seria:

De como ainda não é tempo de dizer sobre a especie o que todos ignoram, e só o correspondente sabe.

A sexta poderia inscrever-se dest'arte:

De como por um exemplo pratico se ensina a evitar o ponto essencial da difficuldade.

A setima receberia esta nota:

De como ainda se não póde encetar o assumpto; porque o autor tem mais que fazer, occupando-se em panegyrisar a si mesmo.

Emfim veio a oitava carta, que podiamos chamar o VIIIº logro. O mesmo argumento, mais ou menos:

De como o articulista se despede com o seu segredo, e o leitor fica com os beiços com que mamou.

Zurzidellas no governo a valer. Ao ex-chefe, ora invectivas, ora finezas. A' corôa *salamaleques* e arranhões. A' sociedade brazileira suas urtigações boas. A si proprio, abraços, *shake-hands*, parabens, festas, descantes, corôas e fanfarras. Sobre tudo, no gabinete uma pancadaria que não cessa. Mal do gabinete! S. s. é a encarnação da policia, neste paiz, bem que da policia *in fieri*, da policia porvindoira; e já alguem disse: *La police est comme l'avare Achéron; elle ne lache point sa proie.*

E eis tudo o que se espreme das oito epistolas *ad... ad prefecturam.*

Ver uma, é ver todas. As sete ultimas são apenas variações da primeira. Comecem por onde se quizer, emborquem-se; virem-se de pernas para o ar; leiam-se, como se escreve o arabe e o hebreu,

Digitized by Google

da direita para a esquerda, de baixo para cima, salteado. A coisa não muda. Excellente jogo de paciencia..

Mas isso é proposito de s. s. Não soffre duvida: é proposito. Não é falta de materia para brilhar, não. E' proposito. E faz muito bem. A chave do enigma, deparamol-a em umas palavras suas na epistola final.

Diz o articulista :

« Ha *umas certas aspirações*, a que a actualidade não satisfaz. »

Ha, isso ha.

Tolo é o possuidor de segredos, que delles abre mão em proveito de quem lh'os não compensa. S. s. possue o segredo da efficacia policial *em toda a parte*. Si a actualidade o quer, capitule. Taes segredos *praticam-se*, não se theorisam. Tinha que ver: o mestre, na *Gazeta*, a deitar os seus conhecimentos, e o sr. Tito de Mattos na rua do Lavradio a se refestellar na autoridade e nas glorias.

Não, senhor !

Agora paguem ! Em vez de uma, oito cartas. O mesmo thema, o mesmo tom, o mesmo gosto, o mesmo tudo. Assim consegue s. s. os dois lucros: molinhar o governo, e salvar o amor proprio do talento.

Já o advertia um poeta (e a telha a dar-nos hoje de poetarmos a proposito da policia !):

Una cosa
Dicha por modos diversos
Puede agradar, y talvez
Anuncia mayor ingenio. (*)

Parece-nos que tem razão Fernandez de Moratin, a crermos nos applausos, a cujo estrondo a redacção da *Gazeta* nos attesta haverem sido acolhidas as cartas de s. s., com que eita brindou aos seus freguezes, entre quem nos prezamos de estar.

Soffre, porém, o digno escriptor de um achaque, de que lhe hão de vir desgostos, quando de chefe de policia do futuro, que já é, passar a chefe de policia do presente, graça com que a Providencia oxalá se amerceie de nós quanto antes: é um desmemoriamento, que faz scismar !

(*) Leandro Fernandez de Moratin: *A un ministro.*

Digitized by Google

Ora, por exemplo, attribue ao ex-chefe, « a quem affirma faltarem *todas as qualidades indispensaveis ao homem de policia* », á sua incapacidade, ao seu procedimento « irresoluto e frouxo » parte ampla no crime de 25 de outubro.

Ora justifica, e absolve completamente o homem, fazendo pesar sobre a instituição toda a carga dessa responsabilidade.

Eis as suas palavras:

« Producto de uma organização *de todo ponto imprestavel* e impropria do nosso tempo, sem auxiliares e em regra mal dirigida, *não se póde razoavelmente exigir que ella se desempenhe da missão que lhe incumbe.* »

Si a organização é de *todo o ponto imprestavel*, a melhor direcção, os melhores auxiliares não lhe infundirião prestimo; e a culpa recae sobre o mecanismo, não sobre os individuos que o poem em movimento. Si, pelo contrario, a qualidade dos auxiliares e o espirito da direcção teriam força para lhe extrahir prestimo, então prestavel é o mecanismo, e os individuos é que não prestam.

Não ha torcer daqui.

As celebres cartas encerram a respeito de tudo o *sim* e o *não*.

Ora, considerem neste lance:

« Hoje é a *policia*, que, tardiamente despertada com o assalto da rua de S. José, *que não previra, e não* pôde evitar, vai pedir ao governo medidas que assegurem a ordem, *em vez de buscar descobrir os autores do delicto, e sujeital-os ao castigo da lei*; que, sorprendida com o apparato que antecedera o homicidio, manda o delegado pedir ordens e instrucções aos ministros, *quando devera antes procurar dissolver o grupo que se formava, fosse por que meio fosse*; que pelo temor de que dez, vinte, ou mesmo cem homens invadissem a repartição, dá *credito ás arriscadas seguranças* do capitão Avila, e lhe entrega Apulcho de Castro; que *contempla o seu exterminio*, e por fim *testemunha o desfilar dos criminosos, sem tentar prendel-os.* »

Ou ninguem mais se entende, e estamos em um hospicio de alienados; ou essa tirada não significa, senão que o articulista lança á policia a culpa *absolutamente de tudo*.

Pois erram: dessas premissas o que elle conclue mui tesamente, é que *toda* a culpa cabe *ao gabinete!*

Digitized by Google

Ora, á vista destas e outras, com effeito, o ministerio esmordicado por s. s. deve estar *com a vela na mão*, como diz o *Brazil*.

O desembargador Bellarmino deu-nos a saber que o governo estipendia os entrelinhados. Nós não cremos. O governo, si necessitasse, ou quizesse defender-se, pedia a s. s. que escrevesse outra serie de cartas, ou reimprimisse as primeiras. Ao menos, no caso delle, é o que faria este fervente admirador das originalidades do genio. E o prestadio cavalheiro não seria tão despatriota, que recusasse este beneficio ao paiz.

Agora não nos venha taxar s. s. de « *ausencia dos processos da verdadeira critica.* »

Foi Destouches, si não nos falha a memoria, quem disse:

La critique est aisée et l'art est difficile.

Fique o facil para os mediocres, como nós; para os espiritos de tempera, como s. s., o difficil: a *pratica da arte*. A sua vocação não é a do critico: é a do *artista*... em policia.

Quando Boileau escreveu: *Tel excelle a rimer, qui juge sottement*, estava provavelmente tal qual nós agora deante do nosso oraculo policial. Rimador pratico em coisas de policia, isso ha de ser s. s., não tem duvida. No mais não fallemos.

O gabinete que lhe aproveite os dotes extraordinarios em materia de metrificação policial. Teremos obras primas. Para cóte, para pedra de afiar, para a funcção de critico, para isto não serve.

Depois, s. s. não tem a calma precisa, para julgar com acerto. Sentir (imaginem!) um homem o cerebro n'um tira-que-tira com uma reforma de collossaes dimensões, como a do serviço policial; andar-se esgrouviando, triste, nervoso, esfanicado, após uma aspiração patriotica, que lhe foge, entre negaças de Galathéa; ter na mente, para a salvação da patria, obras sublimes, que arde por cunhar em factos, e ser obrigado a vulgarisal-as na escalrichada prosa de um regulamento, fadado pelo desamor dos ministerios ao pó e á traça, — é provação demasiada, ainda para um espirito de todas as energias, como o do nosso futuro prefeito.

Sr. Lafayette, nem tanta insensibilidade!

22 de novembro de 1883.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

HV 6535 .B7 B3
Uma escaramuca conservadora em
Stanford University Libraries
3 6105 041 832 598

Stanford University Libraries
Stanford, California

Return this book on or before date due.

Digitized by Google

Digitized by Google